

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 155**

16/11/07 a 22/11/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi (bolsista FAPESP), Flávio Augusto Lira Nascimento (bolsista CAPES), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini (bolsista CAPES). Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Caroline de Santana Harfuch, Felipe dos Santos, Felipe Cordeiro de Almeida, Juliana Alves da Costa, Juliana Yumi Aoki, Lisandra Crosara, Tiago Pedro Vales e Victor Hugo de Souza Gonçalves.

Chávez destacou declarações de Lula

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em declaração a um programa de rádio, pediu aplausos ao presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Tal manifestação deveu-se às declarações favoráveis à democracia venezuelana efetuadas por Lula. Um informe posterior, divulgado pelo Ministério do Poder Popular para a Comunicação e Informação sobre a entrevista de Chávez, destacou o companheirismo do presidente brasileiro e a democracia do modelo socialista venezuelano. As declarações citadas por Chávez foram dadas por Lula quando este foi questionado sobre o desentendimento entre o presidente venezuelano e o rei da Espanha, Juan Carlos, e foram noticiadas por inúmeros jornais internacionais (*Folha de S. Paulo – Brasil – 16/11/2007*).

Argentina abriu processo contra o Brasil na OMC

O governo da Argentina abriu processo contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). A acusação foi contra a sobretaxa imposta pelo governo

brasileiro à entrada de resina PET argentina no país, considerada injusta pelo governo argentino. A chancelaria da Argentina destacou a necessidade de encontrar-se uma resolução para o impasse, que segundo ela partiria não do governo brasileiro e sim do setor empresarial. O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, limitou-se a comentar a necessidade de adoção de regras comuns para as medidas *antidumping* aplicadas pelo Mercosul. Agora a OMC deverá analisar a validade da alegação argentina de que a barreira brasileira é injusta (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/11/2007, O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/11/2007).

Amorim defendeu entrada da Venezuela no Mercosul

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defendeu a entrada da Venezuela no Mercosul como a única forma de se obter paz na região. Segundo o chanceler, apenas a integração econômica da América do Sul poderá gerar este efeito, de forma análoga ao que ocorreu na Europa no pós-Segunda Guerra. Sobre os possíveis custos políticos da entrada venezuelana no bloco, Amorim afirmou a prioridade da integração regional frente a qualquer negociação com outros blocos. No dia 20 de novembro, Amorim afirmou que a integração da Venezuela ao Mercosul é benéfica para consolidação da democracia naquele país e também no subcontinente sul-americano. Em concordância com Amorim, o diretor do Departamento de Assuntos Comerciais da chancelaria argentina comentou a importância da entrada da Venezuela no Mercosul. O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, foi à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) defender a entrada do país vizinho na instituição sob a argumentação de que a influência de Chávez na região não se ampliaria mais – conforme temem os políticos brasileiros opositores – devido ao fato de que o Mercosul não seria uma união econômica, pois o bloco é uma união aduaneira, não um mercado comum. Guimarães defendeu veementemente a idéia de que há democracia na Venezuela. Outro elemento inserido na discussão foi a questão do rearmamento das Forças Armadas da Venezuela frente a uma eventual ameaça à soberania brasileira, ao passo que Guimarães, como representante do Itamaraty, alegou que esse processo não representa de modo algum uma ameaça concreta ao Brasil, visto que trata-se apenas da substituição de equipamentos militares obsoletos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/11/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/11/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/2007; O Globo – O Mundo – 21/11/2007).

Chanceler brasileiro fez alerta a emergentes

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em reunião com países em desenvolvimento na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), alertou para o risco de uma manobra dos países ricos. Segundo Amorim, há uma tentativa de desviar o foco das negociações agrícolas para as negociações sobre abertura

industrial no âmbito da Rodada Doha de Desenvolvimento. O chanceler brasileiro destacou a centralidade da questão agrícola nas negociações para os países emergentes, e a unidade dos mesmos frente à pressão dos países desenvolvidos. Países como México, Chile, Peru e Uruguai não participaram da reunião por discordarem da posição brasileira, mais dura quanto à abertura dos mercados industriais dos países emergentes. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, declarou-se favorável à posição brasileira. Segundo ele, o Brasil e os demais emergentes têm razão em buscar corrigir uma situação por eles considerada injusta. Lamy afirmou ainda aguardar uma conclusão da Rodada Doha para 2008. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007).

Brasil e emergentes cobraram EUA

O Brasil e cerca de 90 outros países emergentes participantes da Rodada Doha de Desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), cobraram um posicionamento do governo dos Estados Unidos. Os países declararam que não farão concessões enquanto o governo do presidente George W. Bush não apresentar um cronograma de como pretende negociar a Rodada. O problema central está na não renovação da TPA (Autoridade para Promoção Comercial, sigla em inglês), que permitia ao governo norte-americano a negociação de acordos comerciais sem a aprovação do Congresso. A cobrança dos países emergentes é sobre como o governo Bush irá obtê-la. O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, mostrou-se descrente quanto aos ganhos da liberação dos mercados agrícolas por parte dos países desenvolvidos, porém, afirmou que acordos bilaterais ainda se manterão em segundo plano, frente às negociações da OMC. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007).

Paraguai cobrou revisão do acordo de Itaipu

O governo do Paraguai declarou seu interesse em uma gestão compartilhada da usina hidroelétrica de Itaipu. O país vizinho queixou-se das condições de administração estabelecidas no acordo assinado na construção da obra e deverá levar a questão à Cúpula do Mercosul em dezembro. O governo paraguaio deseja participação ativa na comercialização da energia gerada pela usina. Outra reivindicação do país vizinho é a criação de um fundo de fomento, financiado por Brasil e Argentina, e voltado para as pequenas e médias empresas do Mercosul, no intuito de ampliar a competitividade de empresas dos sócios menores do bloco. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/11/2007).



Mudança na legislação brasileira poderá beneficiar país em disputas comerciais

O governo brasileiro buscará alterações na legislação para ter o poder de retaliar no setor de propriedade intelectual parceiros comerciais condenados na Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o objetivo é poder ameaçar um setor prioritário para os países desenvolvidos, forçando-os a cumprir as determinações da OMC. A legislação atual permite a retaliação apenas na área de bens, que pode não ser vantajosa em muitos casos de condenação de parceiros comerciais do Brasil. A iniciativa surgiu em meio à possibilidade de o Brasil ter confirmada sua vitória contra os subsídios norte-americanos ao algodão e poder retaliar os EUA por autorização da OMC. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 17/11/2007).

Brasil estudará adesão à OPEP

O Embaixador do Brasil na Arábia Saudita, Isnard Penha, declarou que a possível entrada do Brasil na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) dependerá de estudos que determinarão a capacidade de exportação de petróleo do Brasil por meio da exploração das reservas descobertas em Tupi, e disse também ter conversado sobre o assunto com membros da organização, que recentemente realizou sua 3ª Cúpula de Chefes de Estado em Riad, capital saudita. O embaixador afirmou que o Brasil terá mais informações sobre a viabilidade exportadora das reservas de Tupi em entre seis e doze meses. Segundo o Presidente da Petrobrás, a produção de petróleo do novo campo de exploração será provavelmente superior a 200 mil barris por dia. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou durante a conferência de encerramento da cúpula estar contente com o anúncio da reserva de Tupi, no litoral brasileiro, e negou que a descoberta possa criar rivalidades entre o Brasil e seu país. Chávez ainda convocou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a formar uma potência latino-americana de petróleo. Já o presidente do Equador, Rafael Correa, afirmou que a entrada do Brasil na OPEP será fabulosa, mas que deverá dar-se em cooperação com os demais países. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/11/2007; O Globo – Economia – 19/11/2007).

Lula recebeu a visita de presidente eleita da Argentina

O Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu a visita da presidente eleita da Argentina, Cristina Kirchner, e de uma comitiva de seis ministros argentinos, no dia 19 de dezembro, em Brasília. A visita, de acordo com chanceler argentino Jorge Taiana, teve o objetivo de "impulsionar a aliança estratégica" entre os dois países. Foi discutida, entre outros assuntos, a ampliação da integração energética e do comércio entre os dois países. Durante a conversa, que durou cerca de duas horas, ficou acertado que o comércio entre Brasil e Argentina será

“desdolarizado”, ou seja, as transações passarão, a partir de 2008, a ser feitas em moeda local. A medida permitirá reduzir custos e desburocratizar as relações comerciais. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que a iniciativa é “um passo para moeda comum a médio prazo”. Os dois países também acertaram criar uma comissão bilateral que se reunirá duas vezes por ano, uma em Brasília e outra em Buenos Aires, para discutir projetos na área de energia, economia, defesa e ciência e tecnologia. A primeira reunião já está marcada para fevereiro na Argentina. No pronunciamento feito após o encontro, Cristina elogiou o Brasil e ressaltou a importância da comissão criada ter metas, objetivos e prazos, de tal modo que permita a integração efetiva. No tocante à energia, os dois países demonstraram interesse em parceria no campo nuclear, sendo que Amorim confirmou que há uma pretensão das duas nações em desenvolver tecnologia e pesquisa na área nuclear conjuntamente. Segundo Marco Aurélio Garcia, assessor da presidência para assuntos internacionais, a possibilidade da Petrobrás aumentar os investimentos na Argentina e dos dois países receberem gás da Bolívia também foi tratada. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/11/2007, Folha de S. Paulo – Brasil – 20/11/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/11/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/11/2007, O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/11/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/2007; O Globo – Economia – 20/11/2007; O Globo – O Mundo – 21/11/2007).

Lula critica a manutenção de subsídios agrícolas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a União Européia e os Estados Unidos pelo bloqueio nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), durante o 25 ° Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Blumenau (SC). Na presença de empresários brasileiros e europeus, Lula destacou que a redução de tarifas de importação para produtos de países desenvolvidos não pode impedir o crescimento do parque industrial dos países em desenvolvimento, e afirmou que não haverá acordo se as propostas continuarem a beneficiar somente àqueles. Ainda no encontro, Lula afirmou que o Brasil pretende ser um patrocinador do acordo de livre comércio entre a União Européia e os países que integram o Mercosul, pois, segundo ele, não interessa ao país crescer cercado por países miseráveis. (O Estado de S. Paulo - Nacional – 20/11/2007).

Brasil quer montar entreposto em Cuba

O Brasil estuda a instalação de um centro de distribuição de produtos em Cuba sob a administração da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou que um dos objetivos de sua visita à ilha será a assinatura de um acordo da Petrobrás com a estatal cubana Cupet, para exploração em águas profundas. Além disso, a empresa paranaense Ferroeste pesquisa, com um parceiro belga, planos para ferrovias

cubanas. O objetivo da criação de um depósito em Cuba é fazer com que as empresas de pequeno e médio portes tenham um entreposto com mercadorias disponíveis para atender aos respectivos clientes. Segundo o presidente da APEX, Alessandro Teixeira, a ilha de Cuba tem uma localização privilegiada para um empreendimento dessa natureza. Essa opinião é compartilhada por empresários, especialmente os pequenos, para os quais a logística é algo fundamental. Eles entendem a abertura econômica de Cuba como algo inevitável e destacam que a presença na ilha é imprescindível para que esta se concretize. O governo de Cuba, por outro lado, abre espaço para grandes investimentos brasileiros em energia, transporte e venda de manufaturados nas licitações públicas. (O Globo – Economia – 18/11/2007).

Comissão de Constituição e Justiça aprova entrada da Venezuela no Mercosul

Após conturbada sessão, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, no dia 21 de novembro, a constitucionalidade da entrada da Venezuela no Mercosul, embora o país ainda não tenha cumprido os requisitos técnicos exigidos pelo bloco e tenha faltado à última reunião técnica no Itamaraty. Os ministros Paulo Bernardo (Planejamento) e Guido Mantega (Fazenda) apoiaram a decisão da CCJ e lembraram que do ponto de vista comercial a entrada de uma economia forte como a da Venezuela é vantajosa para o Mercosul. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pediu a colaboração dos aliados na votação, argumentando que a Venezuela é o terceiro parceiro comercial do Brasil. Os deputados da oposição alegam, no entanto, que o regime venezuelano, por não ser democrático, impediria a entrada deste país no Mercosul por contrariar o Tratado de Ushuaia. Insistiram também na tese de que o presidente venezuelano tem um projeto geopolítico com interesse de mudar a configuração do Mercosul. De outro lado, os governistas apostam no pluralismo nas relações do Brasil com os outros países. A votação, agora, segue para o plenário da Câmara e depois para o Senado. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/11/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/11/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/11/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/11/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/11/2007; O Globo – Economia – 22/11/2007; O Globo – O Mundo – 21/11/2007).

Fórum do G-20 foi encerrado com preocupações

A Reunião Anual dos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G-20, grupo formado pelos vinte principais países ricos e emergentes, encerrou-se no dia 18 de novembro na África do Sul, marcada pela preocupação com a questão dos recursos energéticos e o contínuo aumento dos preços do petróleo e dos alimentos, que de acordo com os ministros, exercem um efeito desestabilizador em muitos países. O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, afirmou em entrevista que, em

relação ao equilíbrio cambial mundial, “alguns países têm sobre os ombros um peso do ajuste muito maior do que deveriam”, sendo esse o “caso do dólar canadense, do euro, do real brasileiro”. O grupo manifestou ainda preocupações acerca da possibilidade de um desaquecimento no crescimento da economia global e com a desvalorização do dólar, pediram uma melhor supervisão e gerenciamento dos riscos financeiros, e recomendou que o FMI e o Banco Mundial refletissem acerca da crescente importância dos países em desenvolvimento no cenário econômico mundial. A resistência das economias de países emergentes durante a volatilidade financeira dos últimos meses também foi destacada. A próxima reunião ministerial do G-20 acontecerá na Costa do Saúpe, no litoral da Bahia, em novembro de 2008, quando a presidência rotativa do fórum estará com o Brasil. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/11/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/11/2007).

Encontro da ONU discutiu a internet

A segunda edição do Internet Governance Forum (IGF), encontro promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que tem por objetivo discutir a governança na internet, realizou-se de 12 a 15 de novembro na cidade do Rio de Janeiro. Foi discutida a universalização do acesso à rede, a falta de diversidade lingüística, questões relacionadas à segurança e direitos autorais na rede mundial. O Brasil foi representado por quatro ministros: Gilberto Gil, da Cultura; Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia; Hélio Costa, das Comunicações; e Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo. (O Estado de S. Paulo – Link – 19/11/2007).

Missão europeia inspeciona rebanho brasileiro

Técnicos da União Européia (UE) estiveram no Brasil durante quatorze dias inspecionando fazendas de Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo para verificar o sistema de análises laboratoriais e o novo modelo de rastreabilidade, que prevê a certificação por propriedade e não por animal, utilizados pelo país. Foram apontadas falhas no combate de doenças do rebanho, principalmente da febre aftosa. Numa reunião com representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, eles pediram mais agilidade nas ações governamentais e pressionaram para o início dos programas de erradicação da doença. Os europeus também demonstraram preocupação no tocante ao sistema de fiscalização de trânsito de animais. Eles temem que animais criados em áreas não aprovadas pela UE sejam abatidos em lugares aprovados pelo bloco. O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Inácio Kroetz, afirmou que os problemas apontados são pontuais e que as deficiências serão sanadas. A expectativa do ministério é de que a missão elabore um relatório técnico sobre a visita e encaminhe o documento para o Brasil dentro de aproximadamente vinte dias. O país poderá responder e prestar

esclarecimentos adicionais às informações por meio de outro documento remetido para Bruxelas, que só então se manifestará de forma conclusiva sobre as exportações de carne bovina brasileira para o bloco. Como os papéis apresentados serão técnicos, a decisão sobre a possível supressão da importação de carne bovina brasileira terá caráter político, cabendo, então, ao comissário europeu, Markos Kyprianou. Atualmente, a União Européia, representante de 33% do mercado de carnes do Brasil, barrou a importação do Mato Grosso do Sul, do Paraná e de São Paulo. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/11/2007).

Brasil é convidado para participar de cúpula de paz

O governo norte-americano realizará, no dia 27 de novembro, uma cúpula para negociação da paz entre palestinos e israelenses. Alguns países e organizações receberam convites para integrar as discussões, sendo que dentre estes se figura o Brasil, que aparece ao lado de países como Rússia, Índia e África do Sul, como parte de um grupo de nações capaz de influir de forma incisiva no progresso dos debates para o alcance da paz. (Folha de S. Paulo – Mundo – 21/11/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 22/11/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/11/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/11/2007).

OCDE faz referência direta ao Brasil

O secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría, fez diversas asserções a respeito da situação econômica do Brasil na atualidade. Segundo Gurría, o país se encontra em um momento especial, em que sua economia cresce e ganha estabilidade, porém as autoridades devem estar conscientes que este cenário é propiciado pelo contexto internacional favorável e que devem estar prontas para lidar com uma eventual recessão na economia dos Estados Unidos, que acarretaria consequentemente em uma crise internacional. Assim, uma das saídas propostas para que o impacto desta possível crise seria que os países concluíssem o quanto antes as negociações da Rodada Doha, a fim de terem uma economia global mais regulamentada. Este pronunciamento encontra-se em clara ressonância com as palavras do presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, que defendeu a abertura das economias das nações emergentes para os produtos industrializados. Gurría apontou também que a economia brasileira precisa produzir mais para que possa resguardar-se dos impactos negativos de uma mudança no cenário econômico mundial. Outro ponto levantado pelo secretário-geral da OCDE, em uma clara referência aos fatos recentes da descoberta do campo Tupi, é que seria muito mais interessante para o Brasil compor esta organização do que a OPEP. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/11/2007).

Petrobrás é multada na Argentina

A estatal brasileira Petrobrás foi multada em cerca de US\$ 160 mil na Argentina pelo não cumprimento da Lei de Abastecimento. Segundo esta lei, as empresas petrolíferas devem aumentar anualmente em 8% o abastecimento de combustível aos postos. A Petrobrás, contudo, não realizou o estipulado nesta lei no que toca a cinco postos da cidade de Buenos Aires. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/11/2007).

Relator da ONU para Mianmar vê boas chances para abertura democrática

O relator especial da ONU para Mianmar, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, alertou para a necessidade de a comunidade internacional manter a pressão sobre a ditadura militar do país para que não se perca a oportunidade de transição de regime. Para Pinheiro, há uma boa chance para uma abertura democrática em Mianmar. O relator da ONU recebeu autorização do governo birmanês para fazer visitas a cinco prisioneiros, mas não quis comentar suas condições antes de entregar um relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em dezembro. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/11/2007).

Lula cria comissão para elaborar plano sobre clima

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas propôs ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o governo estabeleça metas de redução de desmatamento e queimadas no país, especialmente na Amazônia, como forma de diminuir a emissão de gases e contribuir para o combate ao aquecimento global. Solicitou ainda a insituição que parte da renda obtida com a exploração do petróleo em Tupi seja revertida para o fomento de fontes de energia limpa. Lula assinou o decreto que instituiu uma comissão de 16 ministérios para elaborar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, prometido por ele em setembro, nas Nações Unidas. O presidente admitiu que o problema na área de licenciamento é de falta de pessoal e de recursos, e salientou que o governo federal sozinho não tem condições de combater o desmatamento da Amazônia. (Folha de S. Paulo – Ciência – 22/11/2007; O Estado de S. Paulo – Vida – 22/11/2007; O Globo – Ciência – 22/11/2007).

Brasil solicita repatriamento de obra de arte

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, (DRCI) órgão do Ministério da Justiça, solicitou às autoridades americanas a repatriação do quadro "Hannibal", que pertencia ao ex-banqueiro Edemar Cid Ferreira, do banco Santos, e estava desaparecida. A Polícia Federal encaminhou

ao DRCI toda a documentação da investigação policial referente ao mesmo. Os técnicos vão formatar os documentos para encaminhá-los aos EUA, nos termos do acordo de cooperação, por meio do qual se espera conseguir recuperar a obra. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/11/2007).

Salvatore Cacciola pode ser liberado pela autoridade de Mônaco

A extradição do ex-banqueiro Salvatore Cacciola poderá ser adiada novamente. O advogado de Cacciola no Brasil, Carlos Ely Eluf, anunciou que seu colega em Mônaco, Frank Michel, encontrou irregularidades na cópia do mandado de prisão enviado pelo governo brasileiro e solicitou uma perícia técnica para a verificação de assinatura que não confere com a do documento original entregue às autoridades italianas em 2000. A primeira audiência, marcada inicialmente para o fim de outubro, foi adiada a pedido de Frank Michel, que entrou com uma queixa na Corte de Apelações acusando o governo brasileiro de ter falsificado um dos mandados de prisão entregues junto com o pedido de extradição. Caso receba uma decisão favorável, Cacciola não precisará esperar por um aval do príncipe, mas as autoridades de Mônaco não quiseram falar sobre um possível prazo de libertação. Também é possível que os juízes não anunciem uma decisão imediata e levem alguns dias para deliberar. (O Globo – Economia – 22/11/2007).

Bolívia pretende ir à ONU para atacar etanol

Depois de provocar polêmica com o Brasil por causa do gás, a Bolívia pode agora atacar o etanol. O governo boliviano pretende propor à ONU uma moratória na expansão do etanol no mundo por cinco anos. A proposta inicial da moratória veio do relator da ONU pelo direito à Alimentação, Jean Ziegler que, em um relatório publicado há duas semanas, alertou sobre os riscos do etanol para a alimentação das populações mais pobres. O governo brasileiro respondeu ao relatório, alegando que o etanol gerou desenvolvimento no País nos últimos 30 anos. Em carta ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, os produtores brasileiros rejeitaram o documento. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/11/2007).